

NOBRES E BURGUESES: OS MECENAS E BENEMÉRITOS DO CONVENTO DE S. JOÃO DE DEUS, DE MONTEMOR-O-NOVO

Jorge Fonseca*

Fecha de recepción: 10.08.2008

Fecha de aceptación: 29.08.2008

Resumen

El autor aborda breve y documentadamente la acción de los bienhechores y patrocinadores del convento de S. João de Deus de Montemor-o-Novo. Afirma que fue posible, por la iniciativa de la propia Orden Hospitalaria, pero que no podría haberse acabado sin el apoyo moral y material de numerosos devotos de la ciudad - miembros de nobleza local o simples propietarios urbanos y rurales - de dirigentes y otros nobles comprometidos: menciona, entre otros muchos, al 3º. Conde de Castelo Melhor,... y destaca el apoyo decisivo del clérigo de Évora João Gomes de Vasconcelos, gran entusiasta de establecer la Orden Hospitalaria en Portugal, para cuyo fin movilizó las influencias en Lisboa y Montemor, y que compró la casa en la que João Cidade naciera y la ofreció al municipio, que la cedió para la construcción de la primera ermita. Más acontecimientos y favores se sucederán, y así los señala en autor, después de la beatificación de João de Deus. La iglesia actual se inició en el año 1625.

Palabras Clave: Convento de S. João de Deus; João Gomes de Vasconcelos.

Abstract

The author discusses briefly the documentation on the action of the benefactors and sponsors of the Convent of João de Deus de Montemor-o-Novo.

He affirms that it was possible, due to the initiative of the Hospitaller Order but it might not had come to an end without the moral and material support given by numerous devout of the city: - members of

*JORGE FONSECA. Historiador local. Coordinador de la revista *Almansor*. Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (Évora) Portugal. jmrfonseca2000@yahoo.com.br

local nobility or simple urban and rural proprietors - leaders and other committed noblemen: he mentions, among other many, Castelo Melhor's 3^o Count... and he highlights the decisive support of the clergyman of Evora Joao Gomes of Vasconcelos, great enthusiast of establishing the Hospitaller Order in Portugal therefore he mobilized the influences in Lisbon and Montemor, and that he bought the house in which Jao Cidade was born and offered it to the municipality which gave it for the construction of the first hermitage. More events and favors will occur, and the author points out these facts, after the beatification of Joao of Deus. The building of the actual Church was started in 1625

Key words: Convent of João de Deus; João Gomes de Vasconcelos.

Por volta de 1503, ou mesmo antes, saiu da vila portuguesa de Montemor-o-Novo, em condições e por motivos envoltos em mistério, o pequeno João Cidade, criança de 8 anos, daí natural. Levado para Oropesa, em Castela, iniciou um percurso de vida que faria dele pastor, soldado, livreiro ambulante e, finalmente, já em Granada, defensor dos pobres e doentes, para quem fundou um hospital e pedia esmolas. Morreu com fama de santo a 8 de Março de 1550¹. Os seus companheiros instituíram uma nova ordem religiosa, inspirada na sua obra, com vocação para a prática hospitalar, a qual seria aprovada pelo Papa Pio V em 1572. De Granada a ordem irradiaria para muitas terras, países e continentes, abrindo hospitais e conventos. Uma dessas terras foi Montemor-o-Novo.

A edificação do convento montemorense iniciou-se pela construção, na primeira década de Seiscentos, de uma capela e oratório no próprio local onde, segundo a tradição local, João Cidade nascera, ao cimo da rua Verde, no arrabalde da vila e paredes-meias com as instalações da Misericórdia. A ela sucedeu a igreja actual, cuja primeira pedra foi lançada em 1625². Aí veio o arcebispo de Évora a autorizar a celebração de missas em 1629, pois “*a devoção de gente de fora era muita*” e ali “*vinham em romaria*”³.

Quatro anos depois, o Prior da nova fundação, Frei Domingos Pecador, pediu ao rei a cedência do troço superior da rua Verde para a obra se poder alargar, sobretudo para poderem construir a sacristia da igreja,

¹ BANHA DE ANDRADE, ANTÓNIO ALBERTO S. *João de Deus na sua terra natal*, Évora, Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo / “A Defesa”, 1978, p. 9-12.

² *Idem*, p. 30-31.

³ Biblioteca Nacional, Reservados, Ms. 219, nº. 78 – 1 – 2.4.1629.

pois esta estava entalada entre a Misericórdia e a mesma rua. A rua Verde era uma modesta e estreita via que corria paralelamente à rua Direita e devia provavelmente o seu nome ao aspecto que tomava na época chuvosa, por ser sombria e ficar, como ainda hoje, coberta de ervas no pavimento empedrado e de fungos nas paredes das moradias. Para evitar a inconveniência para os moradores de a rua ficar cortada, os Irmãos tinham aberto uma travessa em direcção à rua Direita. O Provedor da comarca de Évora e a Câmara local concordaram com a cedência e a rua foi integrada na construção⁴.

A beatificação de João de Deus, em 1630, teve naturais repercussões no apoio dos fiéis às obras, que se desenvolveram a bom ritmo, estando a igreja concluída no início da década de 50⁵. Quando, em Janeiro de 1669, passou por Montemor o príncipe da Toscana Cosme III de Médicis, o pintor que o acompanhava, Pier Maria Baldi, representou-a, já edificada mas ainda sem o respectivo convento, na vista que deixou da vila desse tempo⁶. Nos anos seguintes prosseguiram as obras no interior do templo, com pinturas e com a construção dos retábulos das capelas laterais.

Em Julho de 1676 começou a ser erguido o convento, com o lançamento da primeira pedra na frente voltada para a rua dos Oleiros (hoje de Santo António). Sabemo-lo pelo auto que foi lavrado do acontecimento, em que se afirmava que as obras acabavam de se iniciar pelo canto Nascente do futuro edifício, segundo o desenho do arquitecto sargento-mor João Rodrigues Mouro e sendo mestre de obras o lisboeta Manuel Francisco, o Pombo, morador no bairro da Pampulha. João Rodrigues Mouro - engenheiro militar certamente saído da escola de arquitectura que, sob a direcção de Luís Serrão Pimentel, D. João IV instituiu como parte do esforço de guerra que se seguiu à Restauração da independência portuguesa⁷ - foi autor, com Mateus do Couto, de um álbum de plantas de fortificações, em 1693⁸. A entrega do projecto do convento a um engenheiro militar devia-se, por certo, à estreita ligação entre a defesa do reino e a Ordem Hospitaleira, a quem tinham sido confiados os hospitais militares da fronteira no decurso do conflito

⁴ Biblioteca Nacional, Reservados, Ms. 219, nº. 78 – 2 – 21.1.1633.

⁵ BANHA DE ANDRADE, ANTÓNIO ALBERTO *Ob. cit.*, p. 35.

⁶ SÁNCHEZ RIVERO, ANGEL E ANGELA *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal*, Madrid, 1933, p. 257-258 e respectivo Álbum de imagens.

⁷ COSTA DE SOUSA DE MACEDO, LUÍS DA “Luís Serrão Pimentel e a escola portuguesa de fortificar”, *Congresso do Mundo Português*, v. XII, Lisboa, 1940, p. 401-411.

⁸ MOREIRA, RAFAEL “Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar”, *História da arte em Portugal*, Lisboa, Alfa, 1986, v. 8, p. 72.

armado com Castela⁹. Quanto ao mestre, recordemos que na mesma zona da Pampulha em que vivia tinham os Irmãos o seu convento e hospital¹⁰.

Mas o documento em análise remete-nos também para o tema principal desta comunicação, o dos patronos das obras do convento, pois a dado passo afirmava-se: “ *E foi em companhia da dita comunidade Luís Lobo da Silveira, natural e morador desta vila, fidalgo da Casa de Sua Magestade, a quem a nossa religião deu esta honra e fez este obséquio (...) por ser o maior benfeitor nosso seu pai Filipe Lobo da Silveira e toda a sua casa e assim mostrarmos a estes senhores a obrigação que lhe devemos e como em tudo nos reconhecemos muito agradecidos e obrigados seus*”¹¹. O documento não refere que benefícios concretos a Ordem devia a Filipe Lobo, mas o genealogista setecentista João Lobo da Silveira afirmou ter-se devido à sua influência a ordem real para entrega à Ordem Hospitaleira do hospital da vila, até aí governado pela Misericórdia¹². Embora a mesma tenha datado só de 1677¹³ - um ano depois da referida cerimónia - exigiu certamente um longo trabalho prévio junto da corte, dada a oposição a essa transferência da parte da Santa Casa e de uma parte da elite local. Filipe Lobo foi vereador em 1672¹⁴ e procurador às cortes de Lisboa de 1674¹⁵, lugares de que se deve ter servido para defender a causa dos hospitaleiros. E daí o reconhecimento da respectiva ordem. Voltaria a ser vereador em 1677¹⁶ e, no início de Março de 1678, quando já não ocupava o cargo mas certamente por sua influência também, S. João de Deus foi escolhido pelo município como patrono da vila e organizada a sua procissão anual, a 8 desse mês (data da sua morte), tal como ainda hoje acontece¹⁷. Seu filho Valentim Lobo da Silveira possuiria no seu solar do Rossio “ *onze quadros grandes da vida de S. João de Deus*” e veria dois dos seus filhos serem religiosos da Ordem¹⁸.

⁹ SILVA CARVALHO, AUGUSTO DA “S. João de Deus. A ordem do seu nome. Serviços prestados pelos hospitaleiros em Portugal”, *Acção Médica*, nº. 58/59, 1950, p. 251; Augusto Moutinho Borges, “ Reais Hospitais Militares de S. João de Deus e a defesa do Alentejo”, *Almansor*, nº 5 (2ª. Série), Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2006, p. 73-86.

¹⁰ LEAL, PINHO *Portugal antigo e moderno*, v. 6, Lisboa, 1875, p. 442.

¹¹ FONSECA, JORGE E BAPTISTA MALTA, JOÃO *Ob. cit.*, p. 11.

¹² LOBO DA SILVEIRA, JOÃO. “Lobos” (publicado por António Pimenta de Aguiar, João Baptista Malta e Nuno Canas Mendes), *Almansor*, nº. 11, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1993, p. 111.

¹³ - Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, A 1 B 37, f. 44-46 v.

¹⁴ *Idem*, A 1 C 10 – 29.

¹⁵ *Idem*, A 1 B 33, f. 66 v.

¹⁶ *Idem*, A 1 B 37, f. 4.

¹⁷ *Idem*, A 1 B 38, f. 23-24 v.

¹⁸ FONSECA, JORGE “ Um nobre alentejano do século XVIII e a sua casa: o inventário de Valentim Lobo da Silveira “, *Almansor*, nº. 8, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1990, p. 230 e 251.

Seria também em terreno adquirido em 1638 ao pai de Filipe Lobo, Luís Lobo de Brito - terreno situado entre as ruas Verde e dos Oleiros - que o convento viria a ser, em parte, edificado¹⁹. Tudo se conjugava, portanto, para uma ligação estreita entre os Lobos da Silveira e a Ordem Hospitaleira e para que a mesma os considerasse seus especiais patronos.

Mas não ficou, evidentemente, por aí o apoio moral e material dos montemorenses à construção do convento. Poder-se-á mesmo afirmar que o primeiro patrono do mesmo foi a Misericórdia, com a qual existiu um quase permanente litígio ao longo de séculos. Este deveu-se, primeiro, ao receio da Santa Casa de que a instalação na vila de uma ordem vocacionada para a prática hospitalar viesse a pôr em causa a sua posse do Hospital de Santo André e do Espírito Santo, de raiz medieval e que lhe fora entregue por D. Manuel I. E, depois disso, a partir do momento em que se consumou a receada perda²⁰. Mas a estreita vizinhança da Misericórdia e da casa natal de João Cidade, contíguas uma à outra, tornou inevitável algum apoio daquela à nova instituição conventual. Assim, em Abril de 1607 o Provedor e irmãos da Santa Casa doaram uma casa derrubada que estava pegada às suas instalações e àquelas em que o futuro santo nascera “*para se fazer a dita igreja e casa do Beato João de Deus*”. Mesmo assim, houve cinco irmãos que se opuseram à doação²¹.

Apoio decisivo foi o do clérigo eborense João Gomes de Vasconcelos, grande entusiasta da fixação da Ordem Hospitaleira em Portugal, para cujo objectivo moveu influências em Lisboa e Montemor e que comprou a casa em que João Cidade nascera e a ofereceu ao município, o qual, por sua vez, a cedeu à ordem para construção da primitiva ermida²². Outros ocorreram, no entanto, antes e depois da beatificação de João de Deus.

Jerónimo de Vilalobos e Vasconcelos e a sua mulher Isabel de Carvalho doaram, em 1628, uma casa na rua Direita, com dois pisos, “*à igreja e casa do Beato João de Deus, a qual se não pod(ia) fundar senão de esmolas dos fiéis cristãos*”²³. No ano seguinte, o mesmo, já viúvo e uma

¹⁹ BANHA DE ANDRADE, ANTÓNIO ALBERTO *S. João de Deus na sua terra natal*, Évora, 1978, p. 34.

²⁰ FONSECA, TERESA “A Ordem Hospitaleira de S. João de Deus e a Misericórdia de Montemor-o-Novo: dois séculos de tensões”, *Almansor*, n.º 5 (2ª. Série), Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2006, p.43-52.

²¹ BN, Reserv., Cód. 958, f. 87 – 2.4.1607.

²² BANHA DE ANDRADE, A. A. *S. João de Deus na sua terra natal*, p. 19.

²³ Biblioteca Nacional, Reserv., Cód. 958, f. 59 – 4.2.1628.

sua filha, doaram à mesma ordem um foro de 21.200 reis numas casas da rua Direita que confrontavam com as dos Irmãos²⁴. É de assinalar que este Jerónimo ou Herónimo de Vilalobos se opusera, vinte anos antes, como mesário da Misericórdia, à doação aos mesmos de uma casa derrubada²⁵. Em 1630 Maria Fernandes, viúva moradora em S. Brissos, freguesia do termo da vila, doou para o mesmo fim a quinta parte do rendimento de um moinho que possuía nesse lugar²⁶. Por vezes as doações tinham um fim concreto, mencionado pelo doador. Em 1664 D. Maria de Medeiros, viúva do Dr. José Mendes Salas, legou 200.000 reis “*para se dourar o retábulo da capela-mor do Convento de S. João de Deus*”²⁷.

Uma forma de financiar a continuação das obras foi a instituição de capelas de missas ou de simples legados condicionados à celebração de missas. Os devotos que o quisessem fazer determinavam em testamento a vontade de serem sepultados na igreja, ficando os Irmãos hospitaleiros com a obrigação de rezar missas pela sua alma, para cujo pagamento eles deixavam ao convento certos bens ou rendimentos. Isso fez Isabel Coelha de Matos, moradora na rua Direita. Para “*proveito e despesa da dita igreja e obras dela*” legou o rendimento em cereais que lhe cabia na herdade da Fanca e Carrascal e um olival nos arredores do centro urbano, com direito a ficar sepultada na igreja. No ano seguinte mandou aí rezar por sua alma 3 missas, pagas a 50 reais²⁸. Também a viúva de Filipe Lobo de Vasconcelos, Maria de Brito, moradora dentro da cerca, instituiu uma capela para cujo sustento deixou uma herdade no termo de Monsaraz. A instituidora deveria ficar sepultada na igreja, sob uma lápide de pedra de Estremoz com a inscrição respectiva²⁹.

Outro exemplo dessa prática foi a capela instituída por Manuel Álvares Vaz, vereador e sua mulher Maria Quaresma, no altar de N^a. S^a. do Bom Sucesso, cujo retábulo mandaram fazer. Aí ficariam os jazigos dos fundadores, com as respectivas armas e também seria rezada missa quotidiana e mantida sempre acesa a lâmpada da mesma, tendo para o efeito os instituidores vinculado os seus bens. O primeiro capelão deveria ser Frei André de S. Pedro, da Ordem Hospitaleira, irmão de

²⁴ *Idem*, f. 59 – 28.6.1629.

²⁵ *Idem*, f. 87 – 2.4.1607.

²⁶ *Idem*, f. 22 v. – 11.4.1630.

²⁷ *Idem*, f. 264 v. – 1.1.1664.

²⁸ *Idem*, f. 32 v. – 18.10.1634 e 20.3.1635.

²⁹ Biblioteca Nacional, Reserv., Cód. 958, f. 269 – 27.12.1635.

Maria Quaresma e que a deve ter influenciado, assim como ao cunhado, para tomar essa iniciativa³⁰.

Outra capela da igreja, a de S. João de Deus, resultou da devoção de um particular. João Nunes da Guarda, residente na vila, legou 100.000 reis para o arranjo e decoração da capela, onde queria ser enterrado, mais outro tanto para os Irmãos hospitaleiros e 3.000 cruzados para lhe dizerem missa quotidiana na mesma. Os administradores não poderiam ser pessoas de cor, mulatos nem cristãos novos³¹.

Semelhante a estes legados foi o do reitor da Matriz, Martinho Coelho Almadanim, que deixou ao convento 3.500 cruzados e 48 alqueires de renda numa herdade em Safira para que dos respectivos juros e rendimento lhe fosse dita missa quotidiana. Este clérigo ficou sepultado no capítulo da igreja, em túmulo de mármore armoriado, assente sobre três cabeças de leões, ainda existente³².

O produto dessas doações era depois aplicado na edificação da igreja e mosteiro anexo e no sustento da comunidade que nele vivia. Tratando-se de dinheiro o seu emprego poderia ser directo, mas sendo bens de raiz, como herdades, olivais ou casas, o seu aproveitamento poderia passar pelo arrendamento, aforamento ou mesmo a venda desses prédios, para que proporcionassem rendimento à comunidade. De todos esses tipos de aplicações se conhecem bastantes exemplos, datados dos séculos XVII e XVIII, no fundo notarial do Arquivo Municipal. Um deles refere-se ao foro pago por Manuel de Góis, “*recoveiro dos estudantes da universidade de Évora*” e sua mulher, provindo de um ferragial, com árvores de fruto, situado no caminho para Nossa Senhora da Visitação, que certamente o convento lhes tinha aforado ou tinha herdado³³. Em 1675 o Prior do convento Frei Estêvão da Silva arrendou a herdade dos Murganhos, na freguesia de Safira, a dois lavradores, pelo período de três anos e a renda anual de 6 moios de cereal, terçados, ou seja, 2 moios de trigo, 2 de cevada e 2 de centeio, mais um quarto repartido da mesma forma³⁴.

Como resultado das doações recebidas o convento acabou por reunir um razoável património imobiliário, que em 1783 era formado por 45

³⁰ *Idem*, f. 60 – 19.4.1679.

³¹ BANHA DE ANDRADE, A. A. *S. João de Deus na sua terra natal*, p. 35; Túlio Espanca, *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Évora. Zona norte*, v. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1975, p. 360.

³² *Idem*, p. 251 – 14.8.1706.

³³ AHMMN, 20 K 0, f. 36 v. – 19.2.1742.

³⁴ *Idem*, 8 K 6, f. 111 – 24.1.1675.

propriedades, que lhe proporcionavam o rendimento de 232.676 reis. Entre as comunidades religiosas da vila, só era ultrapassado, em número de prédios e em rendimento, pelos conventos da Saudação e de S. Domingos, ambos dominicanos e de fundação quinhentista, embora no cômputo geral dos proprietários da vila e seu termo, ocupasse apenas o 39º. lugar em rendimento, atrás da Misericórdia, do Hospital, de numerosos particulares locais, de alguns dos principais titulares do reino e de conventos de Lisboa e Évora³⁵.

Outro modo de obtenção de recursos para as obras e para a manutenção do convento era a prestação de serviços pelos religiosos - diferentes dos cuidados de saúde que diariamente prestavam - do que era exemplo o exercício da função de procuradores de particulares, nomeadamente para os representar perante a justiça ou para cobrar importâncias em dinheiro. Tratando-se de uma actividade remunerada, era susceptível de atrair para a comunidade os tão necessários rendimentos. Outra forma era o empréstimo de dinheiro a juros, actividade vulgar na época da parte de conventos e confrarias, que se tornaram em úteis instituições de crédito, a par de particulares, em localidades em que o dinheiro imobilizado não devia abundar. Também desta fonte de rendimento existe confirmação documental, quer do convento quer da comunidade irmã do Hospital de Santo André, provenientes dos séculos XVII e XVIII, nos livros de notas dos tabeliães da vila. Entre os destinatários das importâncias cedidas figuravam proprietários, clérigos e mercadores. As quantias variaram de 20.000 a 500.000 reis. No entanto, em 1716, período em que decorriam as obras de conclusão do edifício e, por certo, de aperto financeiro, os próprios religiosos contraíram um empréstimo de 50.000 reis a um morador da vila “*para a sustentação do dito convento*”³⁶.

Outra via de entrada de fundos era constituída pelos dotes devidos pelo ingresso de religiosos na comunidade, contratados com os respectivos pais. Os casos que conhecemos são do século XVIII, como o de Custódio de Amaral, de Évora, cujos pais deram 600.000 reis “*para as obras e mais gastos e despesas do dito convento*” e mais 40.000 reis por cada ano de noviciado, pela entrada do filho, por contrato realizado em 1706³⁷.

³⁵ FONSECA, JORGE “ Uma vila alentejana no Antigo Regime: aspectos socioeconómicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII”, *Almansor*, nº. 4, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1986, p. 150-151 e 154.

³⁶ AHMMN, 15 K 2, f. 130 v. – 22.6.1716.

³⁷ ADE, FN, Évora, Liv. 769, f. 53 – 16.10.1706.

Já foi referida a entrada para o convento montemorense de dois filhos de Valentim Lobo da Silveira, da família que em 1676 foi considerada especial benfeitora da comunidade. Foram eles João Garcês Palha e António Garcês Palha, que tomaram os nomes de, respectivamente, Frei João Lobo de Santa Rita e Frei António Garcês de Santa Conegunda, pelo dote de 313.000 reis cada um³⁸. Este último contrataria em 1780, em representação da sua ordem, a entrada de dois sobrinhos seus, filhos do seu irmão Filipe Lobo da Silveira, Francisco e Hegínio, pelo dote de 800.000 reis, de ambos. As razões invocadas pelo pai dos novos religiosos foi o facto de que “*se achava com dois filhos no estado de solteiros*” e tomar em atenção “*a obrigação que tinha de lhes dar estado conveniente a suas pessoas*”. Na verdade, tratava-se de assegurar o futuro de dois descendentes que, pela prática do morgadio, iriam ser afastados da herança paterna, tal como se fazia em relação às filhas que se dotava para casarem³⁹ ou aos outros filhos varões, encaminhados para a carreira militar ou o serviço na Índia e no Brasil.

Uma doação interessante de referir, mais por chamar a atenção para uma realidade da época do que pelo ineditismo, foi a que fez em 1676 D. Isabel de Almeida, viúva do capitão-mor João Henriques de Vilhena, de um escravo para o convento. Chamava-se o mesmo Manuel Rodrigues, era mulato e tinha-lhe ficado do marido. Doou-o “*para servir no dito convento em tudo aquilo que o manda(ss)em como seu cativo que fica(va) sendo para sempre*”⁴⁰. Com as dificuldades económicas com que os religiosos lutavam numa fase em que todos os recursos eram necessários para a edificação do convento, que acabava de começar, não foi por certo uma dádiva de pouca importância. Também temos notícia de dois criados e um cozinheiro do convento, estes sem dúvida servidores livres, que surgem como testemunhas de escrituras outorgadas pelos Irmãos.

Deixei para o fim o apoio do benemérito de maior destaque social de todos os referidos. Através de um livro de obra actualmente pertencente à Biblioteca Pública de Évora⁴¹, mas proveniente, sem dúvida, do antigo arquivo conventual, ficamos a saber que uma importante empreitada no edifício do convento se realizou a partir de

³⁸ Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, 15 K 6, f. 47 v. – 17.1.1741.

³⁹ *Idem*, 23 K 1, f. 116 v. – 21.10.1780.

⁴⁰ *Idem*, 8 K 8, f. 105 – 21.11.1676.

⁴¹ Biblioteca Pública de Évora, Códice CLXV / 2 – 15. Referido pela primeira vez por Túlio Espanca, *Inventário artístico de Portugal. Zona Norte*, v. I, p. 356-357.

1712 com o suporte financeiro do conde de Castelo Melhor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa. Trata-se de um volume de reduzidas dimensões, de papel mas encadernado em pergaminho, destinado a registar, a par e passo, as despesas com a construção do chamado *Dormitório novo*, no segundo piso do edifício e de quatro compartimentos por baixo dele. Pelas indicações colhidas do documento sobre as características da construção (número de janelas, número de compartimentos, acessos) pode-se concluir que se tratava de levantar todo o sector Poente do convento, formado, no piso superior, por uma grande sala coberta de abóbada, destinada certamente a enfermaria, onde no século XIX viria a ser instalada a sala de audiências do Tribunal e hoje é o auditório da Biblioteca Municipal e, no piso térreo, às várias salas ainda existentes. Tendo as obras começado, em 1676, pelo sector Nascente - como vem referido na acta de lançamento da primeira pedra - a frontaria do convento deve ter sido construída nas três décadas seguintes, sendo a parte traseira, que completaria o edifício e fecharia o claustro do mesmo, iniciada, então, em Dezembro de 1712.

O novo dormitório ou enfermaria - destinado à prática da hospitalidade, vocação principal da ordem - veio, provavelmente, complementar aquele que já existia junto à igreja, certamente anterior à edificação do convento, que o historiador Doutor Moutinho Borges recentemente identificou. Foi mestre pedreiro Manuel Pires, mestre carpinteiro Gregório Pires e mestre canteiro António Fernandes, sendo empregues inúmeras cargas de pedra providas de pedreiras das redondezas, tijolo de vários telheiros do termo, cal da vila de Pavia, madeira de Portalegre e pregaria de Lavre. De Lisboa vieram baldes para tirar água de dois poços abertos para a obra. De 1726 em diante tratou-se de emadeirar o dormitório, acabar as suas cinco janelas, ladrilhar o corredor de acesso e fazer os "*repartimentos das celas*", estruturas estas ainda subsistentes e em funcionamento, embora com diferente função.

Deve ser assinalada a boa oferta, para o tempo, de serviços de saúde na vila a partir da conclusão do Dormitório novo, da parte dos Irmãos Hospitaleiros: tinham duas enfermarias a funcionar no seu convento e, além disso, administravam o Hospital Real de Santo André e do Espírito Santo, localizado a uma escassa centena de metros, onde actuava outra comunidade da mesma ordem, igualmente constituída em convento. Aí

dispunham de duas enfermarias, uma de homens e outra de mulheres⁴². Essa situação manter-se-ia até à extinção das ordens religiosas, na quarta década de Oitocentos.

O promotor das obras de conclusão do edifício conventual foi o 3º. Conde de Castelo Melhor, que viveu entre 1636 e 1720. Escrivão da puridade de D. Afonso VI e partidário de um governo centralizado, foi o líder político da guerra da Restauração, a quem em boa parte o país ficou a dever a sua independência. Com o afastamento do rei pelo grupo de apoiantes do infante D. Pedro, seu irmão (futuro D. Pedro II), D. Luís de Vasconcelos e Sousa teve que sair de Portugal, vindo mais tarde a desenvolver importante actividade diplomática em vários países e sendo autorizado a regressar ao reino apenas em 1685, a partir de quando se fixou em Pombal. No reinado de D. João V voltou a fazer parte do Conselho de Estado⁴³. Filho de um grande chefe militar, o 2º. Conde, com quem combateu em 1658 e, depois disso, com grandes responsabilidades na defesa do país, D. Luís não foi, por certo, indiferente à acção da Ordem de S. João de Deus na retaguarda da guerra com Castela, a qual detinha desde 1645 a gestão dos hospitais militares da fronteira. Além disso e segundo D. António Caetano de Sousa, dedicou-se a auxiliar os conventos pobres de Lisboa e de outras terras⁴⁴. Era por isso natural que, sabendo das dificuldades da Ordem Hospitaleira para concluir o convento montemorense, sobretudo tratando-se da vila natal do santo padroeiro, tivesse contribuído com magnanimidade para essa conclusão.

Para finalizar esta breve abordagem aos beneméritos e patrocinadores do convento de S. João de Deus de Montemor-o-Novo, podemos afirmar que o mesmo resultou, em primeiro lugar, da acção e iniciativa da própria Ordem Hospitaleira, mas não poderia ter sido concretizado sem o apoio moral e material de numerosos devotos da própria vila - membros da nobreza local ou simples proprietários urbanos e rurais - da região envolvente e até de elementos da primeira nobreza do reino como o 3º. Conde de Castelo Melhor.

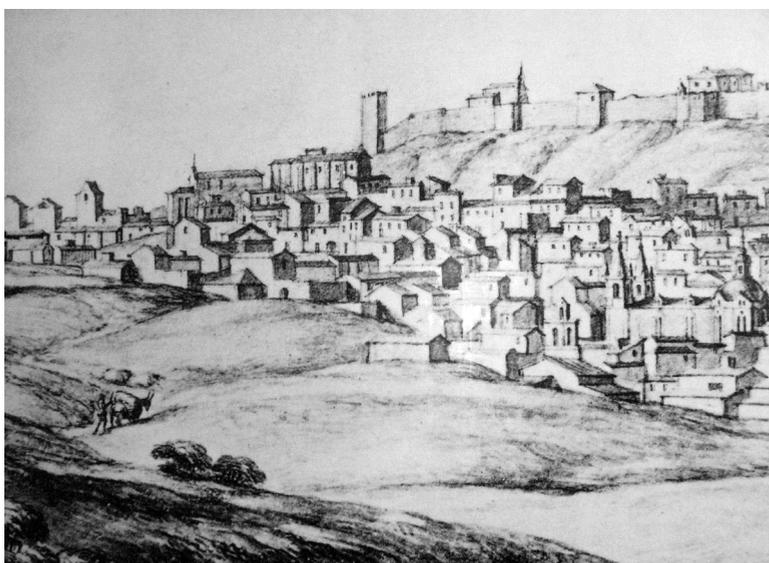
⁴² FONSECA, TERESA “ A Misericórdia de Montemor-o-Novo no Antigo Regime. Uma breve caracterização”, a publicar em *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo. História e património*, edição da mesma instituição.

⁴³ ZÚQUETE, AFONSO *Nobreza de Portugal e do Brasil*, v. II, Lisboa, Enciclopédia, 1960, p. 505-506.

⁴⁴ BANHA DE ANDRADE, A. A. S. *João de Deus na sua terra natal*, p. 48.



Igreja conventual de S. João de Deus (Séc. XVII)



Desenho de Montemor-o-Novo pelo italiano Baldi, com representação da igreja de S. João de Deus (à direita), ainda sem o convento (1669)



Interior da Igreja



Edifício conventual (Séc. XVIII, alterado no séc. XIX)
Actualmente Biblioteca Municipal.



Lálide de instituição da capela de Manuel Álvares Vaz e sua mulher (1679)



Sepultura do Padre Martinho Coelho Almadanim (Séc. XVIII)



D. Luís de Vasconcelos e Sousa, 3º. Conde de Castelo Melhor



Alas do Norte e do Ocidente do convento (Séc. XVIII)



Pormenor do claustro



Acesso às antigas celas e ao “dormitório novo”